

O regime parlamentar e o quinto trabalho de Hércules

Mauro Santayana (*)

Há os que temem o parlamentarismo e os que amam o presidencialismo. Uma coisa não é exatamente a outra. Reconheça-se, para orientar a razão, a existência daqueles que entendem desaconselhadora a nossa experiência de governo parlamentar, seja no quase meio século sob a monarquia, seja no assustado intervalo republicano que se seguiu à renúncia de um trêfego presidente.

Os primeiros argumentam, como argumentaram, com brilho, na Comissão de Estudos Constitucionais, Cláudio Lacombe e Sepúlveda Pertence, que no Império se vivia a ditadura do soberano e as instituições eram uma espécie de papel-celofane que envolvia o núcleo do poder, constituído pelos áulicos e familiares do imperador, além de aduzirem outros argumentos, como o da ausência ibero-africana de submissão aos homens providenciais.

Vamos dar resposta a tais argumentos, com a reverência que a inteligência recomenda oferecer aos que os brandem. A debilidade do sistema, durante o século passado, deveu-se menos à natureza e aos meios do parlamentarismo e muito mais à adolescência da Nação. Todos os regimes foram débeis, neste Continente, a partir da Independência, salvo o dos Estados Unidos, que obtiveram sua força na romântica viagem do "Mayflower", e a asseguraram com o sábio respeito à federação e à liberdade dos cidadãos, garantido por uma Suprema Corte que teve a ventura de se fazer presidir, nos decênios decisivos, pela grandeza de John Marshall. Ai estão os exemplos conhecidos: a instabilidade do México, que chegou ao constrangimento da recolonização promovida por Napoleão III e tragicamente exercida por Maximiliano até o desastre de Querétaro e a firme decisão de Juárez de fuzilá-lo; a indecisão argentina, que manteve em permanente conflito interno, salvo uns raros momentos históricos, como os de



Mitre e Irigoyen, e a história comum dos caudilhos magarefes, como foram, entre outros, o paraguaio Francia e o boliviano Melgarejo.

Na verdade — e isso é reconhecido, com inveja, por historiadores argentinos —, o Brasil, apesar da efervescência revolucionária que vai da Revolução Pernambucana de 1817 ao movimento praieiro, de 1848, teve, no século XIX, a mais competente elite política do Continente. Não vamos fazer aqui o elogio do segundo Pedro; deixe-se tal cuidado aos historiadores. Mas é bom lembrar que houve os que souberam exercer a chefia do governo com personalidade e independência. Para usar um termo da moda, nem sempre foi alegre a coabitação do imperador com seus primeiros ministros.

Foi exatamente contra a influência dos áulicos que se levantaram mineiros e paulistas em 1842 e Honório

Hermeto agiu, promovendo a queda do segundo gabinete da Maioridade, a que servira como ministro da Justiça, em janeiro de 1844. "Um menino não tem o direito de zombar de homens encanecidos no serviço da Pátria, ainda que esse menino seja imperador", verbalizou o bravo mineiro, que seria dez anos mais tarde o chefe do Gabinete de Conciliação.

No caso do parlamentarismo republicano, o pudor recomenda-nos certo silêncio.

De sua solidez não se convencia nem mesmo quem o negociou, como tréguia política para evitar uma guerra civil e adiar a ditadura, o presidente Tancredo Neves. Votada sob as vergastadas do pânico, a emenda parlamentarista era de tal maneira imperfeita que se esqueceu da reeleição dos membros do Gabinete para o Parlamento, mantendo a incompatibilidade dos sistemas presidencialistas. A falha não

foi do sistema. Elas se deveram às circunstâncias. Parlamentarista até a sua morte, Tancredo advertia, no entanto, que o sistema deveria ser adotado por uma Assembléia Nacional Constituinte, depois de ampla e profunda discussão nacional. Deveria ser escolhida da Nação e nunca expediente de urgência para salvar a República.

Quanto à fragilidade de nossos partidos, poderemos usar a velha imagem do ovo e da galinha. Em nenhum regime presidencialista, salvo, de alguma forma, o dos Estados Unidos, os partidos têm saúde doutrinária. Nos regimes parlamentares — e está claro o exemplo europeu — as idéias do nosso tempo asilam-se em partidos social-democratas, que representam o atual liberalismo, de democratas-cristãos, que encarnam os interesses da direita mais ou menos civilizada, e nos que se insistem liberais pu-

ros, sem se falar nos partidos mais à esquerda. No parlamentarismo, os partidos têm de ser organizações permanentemente mobilizadas e nutridas, em sua seiva, das idéias que as constituíram, sob pena de morrerem de caquexia em qualquer eleição geral.

Por enquanto falamos nos que temem o parlamentarismo. E os que amam o presidencialismo? Os que o amam com maior paixão são aqueles que acreditam na possibilidade de chegar ao arejado gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto. Na certa pensam na bucólica paisagem de seu lado norte, com a sinuosa colina além do lago, e esquecem-se do escuro panorama que chega ao poder, nos documentos, nas pressões dos postulantes, na arrogância de tantos. "Na Presidência da República", disse um dia Juscelino, "suporto atrevimentos que não ad-

mitiria, se fosse prefeito de Diamantina."

A complexidade da administração pública, em um país das dimensões e dificuldades do Brasil, é tarefa bem mais difícil do que a que se encomendou a Hércules. A estrebaria de Augias nunca fora limpa, mas o herói mítico só teve a responsabilidade de lavá-la uma só vez, em um só dia. Em nosso caso, cabe ao presidente lavá-la cada dia, e a cada dia encontrar a tarefa à espera. Dividir essa responsabilidade com o Parlamento é um ato de sensatez. Querer todas as glórias significa querer todas as responsabilidades. E as tarefas que Eristeu encomendou a Hércules, ele Homero, não as entregou a Ulysses.

A Ulysses, simples mortal, o destino mandou viver vinte anos de peripécias e retornar a Ítaca para resgatar o trono com a astúcia e o arco.

(*) Jornalista e escritor.

ANC 88
Pasta 20 a 30
Jan/87
032